



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
SEDESE/CEPCT - Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável
dos Povos e Comunidades Tradicionais em Minas Gerais



COMISSÃO ESTADUAL PARA O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS –
CEPCT

Reunião Plenária Ordinária Cepct-MG			
Data	16/06/2025	Horário	14:00 horas
Local	Ambiente Virtual - Videoconferência no Microsoft Teams		
Pauta	<ol style="list-style-type: none">1) aprovação da ata plenária ordinária do mês de abril;2) cop de 2025, com preferência das Nações Unidas sobre mudanças climáticas e povos tradicionais; Estratégia de participação para o evento da cop 2025, propostas sobre mudanças climáticas e direitos territoriais da cop 2025; Aprovação de Calendário de Reuniões Plenárias de 2024;3) Câmara técnica de certificação, que ela vai apresentar pedidos de certificação para aprovação da PL; Necessidade dos representantes dos segmentos; Fizeram o mapeamento de suas comunidades que ainda não estão certificados e auxiliar na certificação;4) Câmara técnica de conflitos; Informe sobre os casos em andamento, encaminhamentos prioritários para o semestre seguinte;5)) discussão sobre o terceiro encontro estadual de povos e comunidades tradicionais.		
Participantes	<p>Cléver Alves Machado - Titular - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE;</p> <p>Mariana Moret Barreto - Titular - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA;</p> <p>Anna Karla Ribeiro Silva - Titular - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA;</p> <p>Adriano Tostes de Macedo - Titular - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD</p> <p>Vanessa Barçante Jota - Titular - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE;</p> <p>Ana Carolina Araújo Grossi - Titular - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDESE;</p> <p>Letícia Horta Vilas Boas - Titular - Instituto Estadual de Florestas - IEF;</p> <p>Letícia Araújo Gualter Silva - Titular - Secretaria Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento</p> <p>Gustavo de Oliveira Celestino - Suplente - Fundação Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA;</p> <p>Maria Virgínia Sena Tomich - Titular - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG</p> <p>Heiberle Hirsberg Horácio - Titular - Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES;</p> <p>Nayara de Castro Dias - Titular- Secretaria de Estado de Cultura - SEC - Secretaria de</p>		

Estado de Cultura e Turismo – SECULT;

Kelly da Silva - Titular - Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG ;

Lara Kunzi Pedrosa - Suplente - Secretaria de Estado de Saúde

Nicole Faria Batista - Titular - Fundação Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

Andréa Maria Narciso Rocha de Paula - Suplente - Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES;

Maxwell Moreira Pio - Titular - Carroceiros;

Neli Martins de Souza - Titular - Congadeiros;

Aécio Freire Vial - Titular – Faiscadores;

Antônio Áureo do Carmo - Suplente - Faiscadores;

Orlando dos Santos - Titular - Geraizeiros;

Célia Aparecida dos Santos da Silva - Suplente - Geraizeiros;

Oscarino Aguiar Cordeiro - Titular - Vacarianos;

Iolanda Barbosa do Nascimento - Suplente - Artesãos de Barro e Tecelãs;

Isla Keila dos Santos Quaresma - Suplente - Pescadores Artesanais

Sinval Alves da Silva - Suplente - Vazanteiros;

Clarindo Pereira dos Santos - Titular - Pescadores Artesanais;

Flanner Fantoni Bergo - Titular - Povos Tradicionais de Matriz Africana

Geralda Maria Soares da Silva - Titular – Apanhadores de Sempre - Vivas;

Vicentina Bispo de Almeida Corte - Titular - Extrativistas;

Waldir Braga - Titular - Comunidade Circense;

Rosana Alexandre dos Santos - Titular - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA;

Adjanir Silva - Titular - Conselho Estadual de Promoção e Igualdade Racial - CONEPIR;

Aderval Costa Filho - Titular - Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Edilson Rezende Costa - Titular - Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais - CONSEA;

Eliete Xavier de Oliveira - Titular - Fundação Nacional dos Povos Indígenas;

Vanilza Jacundino Rodrigues - Titular - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional –IPHAN;

Edmundo Antonio Dias - Suplente - Ministério Público Federal

Demais participantes:

Ângela Cristina Alves de Souza - Secretariado Executivo CEPCT/MG

Maria Carolina Lima Januzzi - Secretária executiva CEPCT/MG

Juliana de Melo Cordeiro - Diretora de Apoio aos Órgãos Colegiados de Direitos Humanos – SEDESE

Beatriz Borges Bastos - Membro da Câmara Técnica de Conflitos Socioambientais e Regularização Fundiária da CEPCT/MG

Breno Trindade da Silva - Membro da Câmara Técnica de Conflitos Socioambientais e Regularização Fundiária da CEPCT/MG

Elaine Cristina Amaral Bessa - Convidada

João Carlos Pio de Souza - Coordenador da Câmara Técnica de Conflitos Socioambientais e Regularização Fundiária da CEPCT

Renan Ferreira da Trindade - Convidado

Clever Alves Machado inicia a reunião cumprimentando a todos e dá as boas vindas, se apresenta como Presidente da CEPCT/MG e diz que irá iniciar os trabalhos solicitando a secretária executiva, Maria Carolina para que realize a chamada dos participantes e diz que tem quórum para abertura da reunião e encaminhamentos. **Após a chamada**, Juliana de Melo Cordeiro se apresenta como Diretora de Apoio aos Órgãos Colegiados de Direitos Humanos, se coloca à disposição e diz que irá iniciar os trabalhos do

CEPCT/MG em conjunto, em parceria com a Diretoria temática do Cléver. Clever inicia com a leitura da pauta para aprovação: 1) aprovação da ata plenária ordinária do mês de abril; 2) cop de 2025, com preferência das Nações Unidas sobre mudanças climáticas e povos tradicionais; Estratégia de participação para o evento da cop 2025, propostas sobre mudanças climáticas e direitos territoriais da cop 2025; 3) Câmara técnica de certificação, que ela vai apresentar pedidos de certificação para aprovação da PL; Necessidade dos representantes dos segmentos; Fizeram o mapeamento de suas comunidades que ainda não estão certificados e auxiliar na certificação; 4) Câmara técnica de conflitos; Informe sobre os casos em andamento, encaminhamentos prioritários para o semestre seguinte; 5) discussão sobre o terceiro encontro estadual de povos e comunidades tradicionais. Nós criamos um grupo, então nós queremos saber de vez saber como é que está o andamento do grupo; e Estar auxiliando e encaminhamento de encerramento é algum ponto a mais que alguém gostaria de estar apresentando além desses pontos, é de pauta que apresentamos aqui e Sr. Aderval gostaria que acrescentasse na Câmara de certificação ou como ponto à parte, a certificação das comunidades tradicionais groteiras de chapadeiras, que foram objeto de visita recente. Em resposta. Clever coloca que foi ele quem realizou as visitas técnicas de 5 comunidades, groteiras e chapadeiras e acrescenta que os mesmos estão em situação vulneráveis por conta dos empreendimentos que estão surgindo por lá e como não houve manifestação contrária a questão foi incluída na pauta que foi aprovada.

Passa-se em seguida para o primeiro ponto de Pauta que foi a Aporvação da Ata da Pelnária do mês de março e como não houve nenhuma manifestação contra a mesma foi aprovada. Clever prossegue para pauta 2, conferência das Nações Unidas para é mudanças climáticas mas a resposnãevl pela Pauta, Sra. Erca não estava presente e por esse motivo seguiu-se com o andamento da Plenária para a pauta 3, Sbre a Camara tecnica de Certificação e o Sr. Aderval ficou de enviar a aprsentação, posteriormente a Maria Carolina. Sr. Clever mencionar o que viu muita devastação ambiental causada pela monocultura do eucalipto **Edilson** pontua que Cléver e Neli estão com dificuldades junto a essas comunidades citadas, principalmente quando em relação ao segmento de matriz africana. Reforça que na região Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba não é fácil de lidar, pois há uma desconfiança muito grande por parte das organizações sociais, que temem, inclusive, encaminhar documentação para a certificação, devido ao fato de ser pouco divulgada a questão das certificações de povos e comunidades tradicionais no estado. Edilson reforça que encontraram essa barreira ao tentar mostrar as vantagens. Neste sentido, sugere que seria viável pensar no material ou até mesmo numa inserção nessas regiões para tentar com reuniões ampliadas, mostrar de que forma o trabalho é realizado. Relata que há falta de envio de solicitações e que tem sido um problema que estão vivendo diariamente. **Edilson** propõe pensar numa solução. Diz que “Interesse existe, mas não existe ainda por parte das comunidades”. **Cléver** gostou da ideia e sugere a criação de uma cartilha. **João Pio** pontua para a Comissão, sobre a importância de se ampliar a certificação, conforme foi destacado por Neli. João traz a questão da visita técnica às comunidades como ponto de reflexão à Comissão, ao dizer que entende a necessidade de visita ao local porque está na regra, mas considera que se for estabelecer visita técnica para todas as comunidades demora muito tempo. Cita como exemplo a certificação da Fundação Palmares que demorou dez anos para certificar o auto reconhecimento como quilombola. Além disso, observa que em algumas comunidades às quais foi desenvolvido o trabalho para o auto reconhecimento, ainda estão aguardando há oito anos a visita técnica. Reforça a questão para a Comissão sobre a ampliação da certificação de auto reconhecimento e que haja um esforço para que as próprias comunidades tenham autonomia de decidir sobre o auto reconhecimento. Traz como exemplo o trabalho que é desenvolvido em Contagem. Explica a forma de mapeamento de povos e comunidades e relata que atualmente há 80 povos tradicionais entre as cem categorias. Entre as categorias, cita a comunidade tradicional carroceira. Prossegue falando sobre o mapeamento e do acompanhamento das comunidades tradicionais da região de Contagem e do resultado que já deu porque isso depende do elo dentro da comunidade. Pontua que, embora não seja uma ação que cabe ao poder público, considera importante a ideia de motivar as comunidades para o acesso aos direitos. Sugere a hipótese de encaminhar de uma vez várias comunidades a serem reconhecidas e aprovadas. Sinaliza novamente a questão se é realmente necessário a visita técnica para todas, sobretudo para aquelas de notório saber – conforme a normativa e daquelas que a própria liderança pode fazer o auto reconhecimento. Observa que, especificamente para essas comunidades de notório saber, não caberia visita técnica. Propõe a Comissão que esse fato é um caso a se pensar. Pontua se seria possível, entregar toda a documentação solicitada a partir da deliberação das comunidades, no âmbito da comissão, para garantir a certidão de auto

reconhecimento. Reforça que está fazendo a sua parte em Contagem, ao dialogar com as lideranças e circular novamente no grupo do WhatsApp as informações para solicitar a certificação junto à Comissão. **João** relata que em Contagem, há 37 comunidades mapeadas e que são consideradas patrimônio cultural e imaterial do município. Isso significa que o município, enquanto ente federado reconhece essas comunidades e inclusive estão listadas no inventário. Finaliza que poderia encaminhar essa documentação, inclusive com a emissão da certificação, sem necessariamente ter a visita técnica, em virtude do reconhecimento tal como é realizado pelo ente federado e o município dessas comunidades. Cléver pondera que seria viável fazer uma consulta ao jurídico, ao citar as considerações apontadas por João. Pontua que a proposta do decreto referente à visita técnica, foi de certo modo positivo, pois possibilita a aproximação do representante junto às comunidades. Mas, de certa forma, “acaba engessando o processo”. Por fim, sugere que considere a fala de João e que seja direcionada a consulta ao setor jurídico. Outro ponto é que seja solicitada a alteração do decreto, com vistas a facilitar e agilizar os procedimentos para a certificação das comunidades. **Juliana** concorda com a sugestão de João e pondera sobre a possibilidade de trabalhar com as duas questões paralelamente. Sobretudo, continuar seguindo o que propõe o decreto para não deixar que as comunidades não incorram em risco algum quanto ao processo de certificação e para evitar questionamentos. **Juliana** propõe que se faça paralelamente a consulta ao jurídico e solicita que João envie o número da Resolução para inserir no processo, auxiliar na fundamentação e encaminhar para a assessoria jurídica. Outro ponto de atenção relatado por Juliana, diz respeito à demanda do professor Aderval sobre a urgência de certificação das comunidades tradicionais Groteiras - Chapadeiras. Sugere-se que seja realizada uma plenária extraordinária para aprovar essas comunidades, assim que a ata estiver concluída. Explica que a ata é fundamental para compor o processo de certificação que será analisada pela assessoria jurídica, para que seja emitida a certificação. Esclarece que é importante que a Secretaria Executiva finalize a ata, após encaminha para a mesa diretora e por fim, realizar a plenária extraordinária virtual só para essa aprovação específica. Cléver pergunta à Comissão se alguém discorda da sugestão de Juliana. Não havendo nada a discordar, considera-se aprovada a plenária em caráter extraordinário. **Cléver** passa a palavra para João, para o próximo de pauta Câmara Técnica de Conflitos Fundiários: Informes sobre casos em andamento e encaminhamentos prioritários para o semestre. **João** pontua que a Câmara Técnica de Conflitos tem realizado reuniões virtuais em sua maior parte mensalmente e inicia trazendo uma questão referente a denúncia anônima que receberam por intermédio da Comissão. Essa denúncia se refere a queimada em uma região quilombola e informa que desde agosto do ano passado a Câmara Técnica de Conflitos tem tentado auxiliar nessa demanda. Foi solicitado apoio do Instituto Estadual de Florestas – IEF e do Corpo de Bombeiros da região local. João sinaliza que não obtiveram êxito ainda e esta questão é preocupante, pois precisam responder à comunidade. Outro ponto de atenção citado por João é sobre a confirmação de substituição dos membros da Câmara Técnica. Informa que Eliete Xavier de Oliveira será substituída por Laudeni. Esses foram os pontos de pautas dialogados na última reunião da Câmara Técnica de Conflitos, segundo João. Esclarece que foi solicitada uma reunião na semana passada, para tratativas de questões fundiárias com o subsecretário Eduardo Quintanilha, mas não foi possível realiza-la em tempo hábil, pois o subsecretário não pôde comparecer devido à incompatibilidade de agenda. Pontua ainda que foi reforçado o pedido da presença do subsecretário na reunião, por considerar fundamental que a Comissão seja informada sobre o atual programa de regularização fundiária do estado. Esclarece também que é fundamental para a Câmara Técnica, porque inclusive vai conectar ao mapa cartográfico que já foi apresentado para a Comissão de Conflitos Fundiários de Minas Gerais e com isso, irá possibilitar o cruzamento das informações. Reforça que será encaminhado o ofício amanhã para a Comissão solicitar a participação do subsecretário no próximo mês. Prossegue informando sobre o outro ponto de pauta referente à denúncia de violação de direitos da Comunidade de Morro Grande – Núcleo Lamarão do Território Tradicional Geraizeiros de Vale das Cancelas, recebido no final do mês de maio. Esse ofício foi direcionado para vários órgãos, inclusive para a Comissão e a secretaria executiva o encaminhou para a Câmara Técnica de Conflitos. Em seguida, **João** projeta o ofício da denúncia para a apreciação da Comissão e explica brevemente sobre o teor da denúncia. Relata casos de pneumonia, bronquite, asma, irritação cutânea e oculares frequentes na comunidade do Morro Grande 1 e 2 resultante da queima de madeira. Além disso, há relato de morte de animais, conforme as fotografias. Pontua que será necessário o encaminhamento de um outro ofício pela presidência do CEPCT, para o IEF e para a Secretaria Estadual de Saúde para o município de Grão Mogol, solicitando maiores informações da denúncia, com a finalidade de subsidiar a Comissão e a

comunidade local. **Breno** esclarece que foi feita a identificação de 400 fornos, divididos em 04 áreas. Contextualiza que existem mais de 70 comunidades geraizeiras e explica sucintamente sobre a identificação no mapa dos conjuntos de fornos de produção de carbono vegetal, que são cercados por eucaliptos. Acrescenta que o manejo de eucaliptos se dá por meio do manejo de pesticida e ao fazer a queima, automaticamente vai influenciar na qualidade do ar. **Breno** observa que é necessário averiguar o processo de licenciamento desses espaços. Pontua que desconhece sobre a legalidade dessa prática e que é importante a interlocução da Comissão e da Secretaria de Saúde. **João** considera importante essa interlocução para subsidiar informações e produzir um relatório. **Adjanir** pergunta se há alguma lei que proíbe a proteção de eucalipto e a queima do carvão. **Orlando** comenta para Adjanir que ele acreditava que iria diminuir, mas devido a instalação das termoeletricas, a tendência é aumentar e inclusive pergunta a Cléver se essa situação foi ponto de pauta. Comenta sobre um conflito ocorrido em maio do ano passado, na região de Rio Pardo de Minas e que ainda não foi resolvido. Conclui dizendo que a plantação de eucaliptos tende a aumentar, em todo o Norte de Minas. **Breno** esclarece que não há nenhuma legislação que proíba o cultivo de eucalipto, mas ao contrário disso, o aumento do eucalipto como produção de madeira, produção de carvão Vegetal para os altas formas de siderurgia e pra celulose, inclusive o cerrado.

Ele é um dos principais espaços para plantação dessas espécies. E na maioria das vezes, são espécies híbridas e destinadas pra cada região. Pontua que é muito importante pra todos os membros da Comissão terem consciência de que é isso. Faz parte de um modo produtivo e de vários setores da economia. Então não existe proibição de eucalipto. Esclarece que, a questão toda é a forma de como é plantada, sendo que é a forma que a gente conhece no norte de Minas e no Jequitinhonha. É um projeto que se inicia na década de 70, inclusive com a disponibilização de terras para o setor privado. Relata que há inclusive um projeto de governo, não só estadual, mas também federal, que disponibiliza terras para o setor privado pra alavancar a indústria siderúrgica. **Breno** explica que foi aprovado a liberação de mais de 1300000 ha, entre norte e Jequitinhonha, fora as terras adquiridas por essas empresas e que imagina-se que chega a 2000000 de hectares nessas 2 regiões. Pontua ainda que, essas regiões eram atingidas como o vazio demográfico e onde estão grande parte das comunidades tradicionais do estado. Pondera que “pensar na proibição não existe. Isso seria ingenuidade da nossa parte. Então, assim como pensar ou como desenvolver estratégias de garantia de direitos frente a esse processo de conflito ambiental”. Afirma que todas as comunidades no norte de Minas e Jequitinhonha, de certa forma foram impactados pela plantação de eucalipto, sem considerar a produção de carvão, em que ocorreu a supressão da vegetação nativa na década de 90. Pontua que, dentro do contexto do carvão vegetal em Minas Gerais, seja ele oriundo de produção de eucalipto, supressão de mata nativa, é um problema do estado que hoje, que é fundamental trazer para um debate interno com a Comissão Estadual. Principalmente ao se pensar que grande parte dos conflitos que acontecem a nível ambiental e territorial, se dá pela falta de regularização fundiária dos territórios tradicionais. Reforça que essa é a segunda vez que a denúncia chega à Comissão. João concorda com a fala de Breno e reitera a importância de trazer essas questões para debater na Comissão. Pondera que se trata de um ponto central, não só do Minas Gerais, mas do país, que a questão direito ao acesso à terra, a regularização do território de povos e comunidades tradicionais das comunidades quilombolas e demais comunidades tradicionais. Reforça a Cléver que é necessário um esforço para dialogar com a Câmara Técnica para construir informações e subsidiar o Pleno, pois se constitui em umas das atribuições da Câmara Técnica e que é importante que todos se apropriem dessas informações. Esclarece que é importante estar atento às demandas que chegam a Comissão, reforça que só é possível atender casos específicos das comunidades tradicionais e não de empresa ou outros. Observa que a pauta da regulação fundiária ela é fundamental e a partir da próxima reunião da Câmara, espera-se que se haja mais elementos para subsidiar a Comissão. Comenta que a Câmara Técnica tem tentado realizar as reuniões mensalmente e é importante a participação dos membros da Câmara Técnica que residem fora de Belo Horizonte. Sinaliza que pretende fazer reunião presencial no segundo semestre. Considera fundamental a participação dos membros, pois às vezes em reuniões virtuais, surgem dificuldades de conexão. **João** conclui dizendo sobre a questão do Rodoanel, em que desde agosto do ano passado, não foi possível realizar a reunião com a Comissão. Reforça que é importante retomar essa pauta. **Adjanir** expõe seu ponto de vista sobre a preservação de eucaliptos ao falar que não acha ingênuo em se pensar em proteção. Considera fundamental discutir sobre essa questão, pois se preocupa com a preservação das comunidades tradicionais e com o avanço da plantação de eucaliptos sem regramento. **Breno** retifica a sua fala que seria ingenuidade em se falar de proteção dos eucaliptos.

Explica que o que quis dizer é que essas formas de produção vão continuar a serem debatidas. É sobre pensar a proteção das comunidades para não sofrer o que vem sofrendo nas últimas décadas. Pontua o que considera ingenuidade é pensar que independente do posicionamento de cada um que esse tipo de produção vai acabar. Reforça que a questão é a forma de respeito aos direitos das comunidades. Conclui pedindo desculpa se não o fez entender a essa ideia de ingênuo. **Adjanir** concorda com Breno. **Edilson** pergunta a Cléver sobre o pedido de alteração do Decreto da Constituição da Câmara da Comissão Permanente dos Povos e Comunidades Tradicionais que foi discutida no início desse mandato e se como está o encaminhamento dessa demanda. Cléver responde que ficou à cargo da sociedade civil elaborar uma nota técnica e encaminhar para o governo, mas até o presente momento não foi elaborada. **Edilson** pondera que seria importante discutir essa questão em conjunto com a Comissão e que a falta de reunião plenária presencial tem atrapalhado e já faz dois anos que o Decreto não sofreu alteração. Solicita que seja um ponto de pauta a ser discutido em reunião plenária extraordinária. **Maxwell** retoma a questão da licença ambiental e da proteção dos eucaliptos e de sua preocupação das comunidades tradicionais mais humildes, pois teme que elas possam sofrer ameaças. **Breno** esclarece a Maxwell que é importante a regularização territorial e a ação a nível do Estado, da União representa a principal forma de garantia para cessar todos esses conflitos. Considera fundamental que a Comissão tenha isso na agenda para possibilitar o processo de reprodução física, social e cultural de todas as comunidades tradicionais. Cléver prossegue perguntando a João quais serão os encaminhamentos referente a CT de Conflitos. **João** explica sobre os dois ofícios, dizendo que um dos ofícios será encaminhado para o subsecretário Eduardo Quintanilha e o outro está em elaboração. Pontua sobre as reuniões mensais da Câmara Técnica que tem sido em modalidade virtual, embora considera que seria melhor que algumas reuniões sejam presenciais. Comenta que a presença de algumas lideranças dos PCTs do pleno ficam prejudicadas, em virtude da deslocamento e das diárias. João reitera que a CT irá manter a atualização do mapa de conflitos. Fala que há duas pautas a serem discutidas: o programa de regularização fundiária e sobre a demanda do Parque Estadual Veredas do Peruaçu; Parque Estadual Lagoa do Cajueiro; Parque Estadual Mata Seca; Parque Estadual Verde Grande e Reserva Biológica Serra Azul em que o Ministério Público solicitou no ano passado informações a respeito da situação desses parques. Pontua que a despeito das pautas para o próximo semestre são essas supramencionadas e que para além dessas pautas irão verificar o agendamento sobre a pauta do Rodoanel. Por fim, **João** agradece a colaboração da servidora Ângela Cristina nos trabalhos da Câmara Técnica, durante o período de troca de secretária executiva. **Cléver** prossegue para o próximo ponto de pauta: discussão sobre o III Encontro Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais. Explica à Comissão que a Gabriela criou um grupo no whatsapp para tratar desse assunto. Propõe a publicação desse grupo em Diário Oficial após a aprovação da ata do mês de abril e feito isso, dar prosseguimento aos trâmites do III Encontro até em novembro. Pontua que a posse dos novos membros da Comissão deverá ocorrer até dezembro do corrente ano. **Juliana** sugere à Comissão, que haja a finalização dos trâmites do III Encontro entre final de outubro e princípio de novembro, para não correr o risco de ficar um período inativo, já que os mandatos vencem em dezembro. Pontua que há um fluxo administrativo a ser seguido na Secretaria para que seja feita a nomeação dos membros e após, a posse coletiva. Reitera a importância que a Comissão não fique inativa durante esse processo de nomeação e posse e que seja feita a inicialização do processo o quanto antes. **Cléver** concorda com as observações feitas por Juliana. Logo a seguir, **Waldir** solicita informações sobre o processo de certificação do segmento circense ao qual ele representa. **Cléver** explica brevemente sobre os procedimentos de auto reconhecimento das comunidades circenses e se propõe a dar maiores detalhes a Waldir após o término da reunião. **Edilson** pergunta sobre ao processo de indicação dos membros da Comissão. Cléver esclarece que não há eleição de membros e sim indicações e que será feito esse processo a partir do III Encontro. Cita os seguintes nomes que se ofereceram para participar do Grupo e ajudar na organização do Encontro: Patrick, Nayara, Aderval, Neli, Flanner, Orlando, Rosana e Adjanir. Reforça que é necessário dar celeridade ao processo referente ao III Encontro, conforme sugerido por Juliana e com fins de publicação dos nomes e a posse imediata dos membros que irão compor o novo mandato. **Maxwell** pergunta a Cléver sobre a indicação do segmento Carroceiros para participar do grupo do III Encontro. **Cléver** responde que no momento, a indicação de nomes está em fase de andamento e não será indicado nenhum nome na reunião de hoje, somente a partir do III Encontro. **Rosana** justifica que não irá compor o grupo de trabalho, mas que em nome do INCRA se dispõe a colaborar. **Cléver** explica novamente sobre a formação do grupo de trabalho e pontua que haja uma reunião para dar início aos

trabalhos referentes ao Encontro. Propõe a secretária executiva Maria Carolina para que seja feita uma enquete no Grupo de Trabalho criado no whatsapp para agendar uma reunião e auxiliar na condução do grupo. **Maxwell** dirige a palavra a Orlando e indaga sobre a demanda referente ao processo da Comunidade Carroceira, pois não dispõe de acesso ao Ministério Público. Solicita a Comissão a possibilidade de acompanhamento do caso. **Cléver** pergunta se houve a reunião que foi solicitada ano passado entre os órgãos da Prefeitura de Belo Horizonte e a Câmara de Vereadores. **Maxwell** responde que embora tenham tentado marcar a data, pontua que os órgãos envolvidos não acatam a solicitação da data. **Cléver** se dispõe a conversar com Maxwell em caráter reservado por telefone, conforme sugestão do mesmo. Em seguida, dá prosseguimento ao terceiro ponto de pauta, referente a COP 2025 (Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas e Povos Tradicionais). Esclarece que a servidora Érika Martins seria responsável em auxiliar nas informações desse evento, mas não foi possível participar dessa reunião plenária. Dessa forma, ela irá enviar e-mail para todos os membros da Comissão para fins de dar sequência a pauta. Portanto a pauta não será tratada nessa reunião, conforme justificativa de Cléver. Após o esclarecimento, Cléver pergunta à Comissão se há algum informe e/ou encaminhamento a ser feito, antes de encerrar a reunião plenária. **Clarindo** parabeniza a todos os membros da Comissão e dá boas vindas a secretária executiva Maria Carolina. Faz algumas observações das dificuldades da própria sobrevivência da comunidade tradicional pesqueira. Pontua que na comunidade, estão sendo retirados todos os recursos naturais dentro do território e a que a monocultura de soja está prejudicando demais a região. Esclarece que é graças à comunidade tradicional que ainda há a preservação de recursos e manter o equilíbrio. Agradece a Comissão, às Câmaras Técnicas e demais parceiros que tem dado apoio e garantir a sobrevivência desses povos tradicionais. Reitera a importância de fazer reuniões mensais seja presencial ou online, para possibilitar os encaminhamentos. Termina falando da água que está contaminada e que a comunidade não consegue saciar a sede e nem a fome. **Cléver** agradece a fala de Clarindo. Na sequência, Neli solicita a Cléver informações sobre a 5ª Conferência. Cléver esclarece que foi solicitada uma plenária para atualizar os nomes de delegados que foram eleitos na Conferência Estadual de Políticas para Igualdade Racial, ocorrida em 16/12/2022. Pontua que será enviado um e-mail convocando todos os delegados eleitos em julho. Informa que a Conferência Nacional será na segunda quinzena de setembro. **Cléver** se dispõe a enviar para Neli as informações por e-mail. Nada mais havendo a ser considerado na reunião, Cléver dá por encerrada e agradece a todos pela participação.

Maria Carolina Lima Januzzi Secretária Executiva

**Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades
Tradicionais - CEPCT-MG**

**Orlando dos Santos
Vice- Presidente**

**Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades
Tradicionais - CEPCT-MG**



Documento assinado eletronicamente por **Orlando dos Santos, Usuário Externo**, em 14/10/2025, às 11:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Carolina Lima Januzzi, Servidor(a) Público(a)**, em 01/12/2025, às 10:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **121714995** e o código CRC **ED41FF06**.

Referência: Processo nº 1480.01.0001573/2025-76

SEI nº 121714995